

A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

Jalcione Almeida ²

Pretendo tratar da problemática do desenvolvimento sustentável através de três momentos: primeiro, tratando do conceito de desenvolvimento, tentando determinar seu ideário, suas características e formas dominantes em países como o Brasil; depois, discutindo a idéia ainda pouco “trabalhada” de desenvolvimento sustentável, identificando concepções, rupturas e perspectivas; e, por fim, em um terceiro momento, refletir um pouco sobre alguns limites e desafios do desenvolvimento sustentável.

A idéia de desenvolvimento

As “crises” ambiental, econômica e social colocaram em cheque as noções generalizadoras e progressivas do desenvolvimento e do progresso. Essas crises e a evolução social das sociedades “modernas” no século XX esgotaram a força mobilizadora destas idéias.

Já na década de 50, a crise econômica dos países do “Terceiro Mundo” mostrou que o progresso não era uma *virtude natural* que todos

¹ Este texto subsidiou palestra proferida no “Seminário Nacional sobre Desenvolvimento Sustentável”, promovido pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), em 28.10.1996.

² Agro-Sociólogo, Professor da Faculdade de Agronomia e dos Programas de Pós-Graduação em Agronomia e Sociologia-IFCH, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador CNPq e membro do “Núcleo Interdisciplinar Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade” (Núcleo TEMAS), IFCH/UFRGS.

os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuíam. Na verdade, este termo corresponde a uma situação histórica particular das sociedades industriais.

Na década de 60, a via de desenvolvimento proposta ao Terceiro Mundo foi tomada emprestada daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas "ricas" ou "avançadas" industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também "ricos" e "avançados", era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais. O problema residia na maneira de "transferir" esse processo dos países avançados para os menos avançados. Essa questão deu lugar a numerosas teorias que, na sua aplicação, nenhuma mostrou real eficácia.

De um modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo)liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor *modelos* para o conjunto do mundo. A idéia-mestre de desenvolvimento que fundamenta esta visão reside no "paradigma do humanismo ocidental"; ou seja, na compreensão de que o desenvolvimento sócio-econômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens. O que parece emergir como verdade suprema desta visão de desenvolvimento pode ser sintetizado como: *desenvolvimento técnico-científico* → *desenvolvimento sócio-econômico* → *progresso e crescimento*.

Graças a seu caráter fluido e a seus objetivos humanistas, o termo desenvolvimento assimilou uma conotação *positiva*, de pré-julgamento favorável: ele seria em si um bem, pois "*desenvolver-se*" seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao *mais* e ao *melhor*. Aqui, a analogia com o desenvolvimento dos organismos biológicos aparece claramente: desenvolver é *crescer*, difundir potencialidades para atingir à maturidade.

Esta analogia, no entanto, é falsa e enganosa pois cada desenvolvimento biológico é a repetição de um desenvolvimento precedente inscrito geneticamente. É, portanto, o retorno cíclico de um passado, e não a construção inédita do futuro. Sob essas bases há uma ruptura com a noção "oficial" de desenvolvimento, aquela que vê o desenvolvimento sócio-econômico voltado necessariamente para a construção do futuro.

E mais: a noção de desenvolvimento não se impõe somente como

evidente, mas também como *universal*. O desenvolvimento é um bem para *todos* os lugares. É por isso que foi pensado e aplicado de maneira uniformizante. Ao invés das originalidades se exprimirem e se fortificarem, aparecem as características singulares dos povos e das culturas. É um *modelo idêntico* que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura.

Seguidamente a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em conseqüência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver "em atraso" os países "subdesenvolvidos". A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo, se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. Portanto, a modernização é um *processo* e desenvolvimento uma *política*.

Esse modelo único levou muitos países a escolher, de um lado, a racionalização e, portanto, a separação funcional do domínio econômico, racionalizado, e a vida privada, colocando entre os dois um espaço político aberto e um mercado forte; e, de outro, um aprofundamento no anti-desenvolvimento para escapar do subdesenvolvimento, ou seja, em uma recusa ao "modelo" desenvolvimentista imposto, muitas vezes caindo no isolamento, na defesa pura e simples de identidades culturais, na contracultura.

Mas a idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. Não existiriam outras maneiras de defender a razão sem se opor à tradição? Não seria também com o passado que se construiria o futuro, antes mesmo de se fazer tábula-rasa das aquisições devidas às culturas e tradições? E em relação ao meio ambiente e recursos naturais não-renováveis, não se poderia assumir uma outra postura, mais conservacionista-preservacionista, induzindo a um desenvolvimento e à exploração dos recursos de maneira sustentável?

A questão que se coloca hoje diz respeito, portanto, à possibilidade de nascimento de um novo modo de desenvolvimento ou de organização social desenvolvimentista e modernizadora, que tenha uma base social,

econômica, cultural e ambiental mais sustentável.

O contexto recente é amplamente favorável para a discussão e elaboração de um novo tipo de desenvolvimento. As crescentes evidências do custo ambiental do desenvolvimento industrial vigente, a crise ambiental, a queda da renda agrícola, a superprodução aliada à má distribuição de alimentos (decorrente das novas relações econômicas internacionais), as "rupturas recentes" (demográficas, do modelo de agricultura familiar, a dissociação entre agricultura, território e meio ambiente), as insuficiências do pensamento clássico e dos debates contemporâneos acerca do desenvolvimento (anos 50 e 60) e a contribuição dos movimentos libertários e civis pós-68, são alguns "elementos decisivos" no debate social e político sobre esta questão.

A idéia de desenvolvimento sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc.

Por esse motivo, é importante muita cautela ao abordar esses conceitos/idéias, precisando-se definir melhor o que os mesmos significam.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da "insustentabilidade" ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

Mesmo que já intensamente "trabalhada" nos últimos 10 anos, demonstrando uma crescente adesão à idéia, esta é ainda uma noção genérica e difusa, pouco precisa. Transita-se, portanto, em um campo

emergente e que está ainda muito sujeito a diferentes concepções e definições.

No Relatório Brundtland, conhecido no Brasil pelo título "*Nosso Futuro Comum*", publicado em 1987 como texto preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92), a idéia de desenvolvimento sustentável aparece nos seguintes termos: é aquele "*capaz de garantir as necessidades das gerações futuras*".

Esta noção parece querer dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Entretanto, há ainda uma dúvida em relação a qual ator/ agente caberia definir os parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração. Trata-se de sustentar o quê? "Futuro comum" de quem e para quem? Nestas questões reside a principal base de conflitos entre aqueles que "disputam" a idéia e as práticas sociais e produtivas a ela circunscritas.

A noção de desenvolvimento sustentável abriga uma série heteróclita de concepções e visões de mundo, sendo que a maioria daqueles que se envolvem no debate em torno da questão são unânimes em concordar que a mesma representa um grande avanço no campo das concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos recursos naturais. Neste "guarda-chuva" do desenvolvimento sustentável se abrigam desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade a defensores de um "capitalismo verde", que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da idéia de progresso e crença no avanço tecnológico, tendo a economia como centro-motor da reprodução das sociedades. Este "guarda-chuva" também abriga atores "alternativos", que buscam "inventar" um novo modo de desenvolvimento que seja "*socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito*", recuperando técnicas, valores e tradições.

Sem querer simplificar o debate sobre este importante tema, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável hoje está polarizada entre duas concepções principais: de um lado, a idéia como sendo gestada dentro da esfera da economia, sendo com essa referência que é pensado o social. Incorpora-se, deste modo, a natureza à cadeia de produção (a natureza passa a ser um bem de capital); de outro, uma idéia que tenta quebrar com

a hegemonia do discurso econômico e a expansão desmesurada da esfera econômica, indo para além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia. Mais adiante discuto os limites da primeira concepção, bem como os desafios a serem superados pela segunda.

O que se pode adiantar é que essa “nova” idéia introduz elementos econômicos, sociais e ambientais que são desafiadores do ponto de vista de muitas áreas do conhecimento. A noção de sustentabilidade, tomada como ponto de partida para uma reinterpretação dos processos sociais e econômicos e de suas relações com o equilíbrio dos ecossistemas, parece enriquecedora, demandando a construção de um aparato conceitual capaz de dar conta de seus múltiplos aspectos. Essa idéia de um “novo desenvolvimento” pode remeter à sociedade a capacidade de produzir o novo, redimensionando suas relações com a natureza e com os indivíduos.

Limites e desafios para o desenvolvimento sustentável

Os organismos “oficiais” têm se esforçado para alcançar uma conceituação de desenvolvimento sustentável, capaz de ser aceita pela maioria dos atores e agentes econômicos envolvidos com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. No entanto, estes esforços não têm sido promissores, o que se constitui em um desafio para aqueles que estão empenhados na busca do desenvolvimento. A definição que mais se aproxima do consenso “oficial” é aquela do Relatório Brundtland.

Também não há nenhum consenso acerca das vias de crescimento econômico que devem ser seguidas na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Estas vias deveriam levar em conta aquelas traçadas pelos países mais avançados industrialmente, ou as dos países pobres ou “em desenvolvimento”? Para alguns, se analisada por critérios ambientais, tais como a utilização de recursos não-renováveis e a poluição, os países do hemisfério sul estariam mais próximos da sustentabilidade.

A concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos *mecanismos de mercado* como solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição). O que se visa, portanto, é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta social pelo controle dos

recursos naturais passe em maior medida pelo mercado, e não (ou cada vez menos) pela esfera política. Ignora-se (ou tenta-se ignorar) o conflito pelo controle sobre os recursos naturais, procurando criar condições para poupá-los sem, no entanto, considerar as *condições sócio-políticas* que regem o poder de controle e uso destes recursos.

Esse direcionamento implica em alguns questionamentos: esses mecanismos seriam realmente capazes de converter a lógica predatória do mercado em um freio à degradação ambiental? Quem assumiria as consequências sociais desses custos adicionais? Quem assume o preço da preservação ambiental? Persistindo a dinâmica atual, esse repasse de custos à sociedade não aumentaria os níveis de exclusão e desigualdade no acesso aos bens produzidos pelo “mercado verde”, especialmente às populações do “Terceiro Mundo”? Enfim, mesmo que “maquiado”, com o “rosto” de um desenvolvimento sustentável, não permaneceria a lógica, essencialmente predatória, que promoveu em grande parte a atual crise social e ambiental?

Um outro pólo, que propõe um desenvolvimento sustentável que garanta a diversidade democrática, contrapõe-se a uma *expansão desmesurada da esfera econômica*. Aqueles que defendem essas posições acham que, por mais que os mecanismos do desenvolvimento sustentável possam minimizar o impacto da produção e do consumo sobre os recursos naturais, são apenas dispositivos construídos dentro de uma racionalidade econômica que deveriam antes de tudo estar submetidos às decisões políticas das sociedades. Seria importante, pois, inverter a premissa que está na base do pensamento economicista... A economia não deve ser tomada como instituinte do campo social, mas instituída por este; as alternativas para o futuro são escolhas que devem se dar fundamentalmente no *campo da política*.

Portanto, para essa concepção a democracia, a auto determinação dos povos, o respeito à diversidade cultural, à biodiversidade natural e à participação política dos cidadãos, nas suas diferentes formas, resultam de *opções políticas*, implicando no deslocamento da racionalidade econômica para o *campo da ética*. A discussão, pois, passa a ser referida aos valores que determinam concepções do que sejam essas “necessidades humanas”. A solução da “crise” ambiental, por exemplo, passaria pela democratização do controle sobre os recursos naturais e pela desprivatização do meio ambiente comum.

Alguns desafios estão postos àqueles que lutam por esta nova forma de desenvolvimento: por exemplo, (a) é possível conciliar a máxima que atende pelos apelos do "socialmente equitativo", do "ambientalmente equilibrado" e o do "economicamente eficiente e produtivo"? É possível traduzir todo um "savoir-faire" em novos formatos tecnológicos que assegurem a harmonia entre esses três objetivos fundamentais?; (b) é possível dar prioridade à pesquisa, passando da perspectiva "da produtividade" para aquela "da preservação" dos recursos naturais, analisando, prevendo e evitando sérios impactos ao meio ambiente?; (c) como desenvolver novas formas de atuação institucional no terreno do ensino, da pesquisa, da extensão e da organização da produção?; (d) como integrar as diferentes disciplinas na geração de novos conhecimentos?; (e) como construir indicadores de sustentabilidade, em diferentes áreas de ação humana (por exemplo, na agricultura) que permitam encurtar o caminho na direção da multiplicação de definições normativas e operacionais mais esclarecedoras e frutíferas?; e, por fim, (f) como tratar, no mesmo nível, as questões técnicas, ambientais e sociais?

O caminho que me parece ser ideal a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade. O "modelo" de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta me parece uma verdadeira chance para a reorganização consequente da sociedade, visando a sustentação da vida e a manutenção de sua diversidade plena.

Ainda, e por fim: a luta contra a concentração crescente do controle sobre os recursos naturais na fronteira de expansão das atividades capitalistas, e contra a privatização do uso do meio ambiente é um imperativo social. Tornemos, então, o meio ambiente público!

SUSTENTABILIDADE: Um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. (Versão Preliminar)

*Dinizar Fermiano Becker**

1. INTRODUÇÃO

Vivemos num período de transição. Uma transição que alguns rotulam como passagem da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial (Bell). Outros a qualificam como a passagem da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista (Drucker). Terceiros identificam essa transição como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno (Lyotard). Quartos, ainda, afirmam que está ocorrendo uma transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna (Santos).

É uma transição que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante e se pré-anuncia na emergência de um novo paradigma.

Os sinais emitidos por essa crise transicional, em que "um passado morto não morre, um futuro nascente não consegue nascer" (Morin e Kern), ou como propõe Gramsci "o velho está morrendo e o novo não consegue nascer", "nos permitem tão-só especular acerca do paradigma que emergirá deste período revolucionário", (Santos, 1988, p. 54). É o que se pretende fazer neste artigo: especular¹ sobre a emergência de um novo (velho) paradigma desenvolvimentista cristalizado no termo sustentabilidade.

Antes, no entanto, pretendemos trazer evidências que possibilitam

* Doutor em economia pela Unicamp, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, professor da FACEAT/FATES e Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - CODEVAT - gestão 95/97.

¹ Este texto, mais do que qualquer outro, é um texto em elaboração. Nas palavras de Castoriadis, "é um texto se fazendo". Portanto, um texto sujeito a críticas e, mais, um texto à espera de contribuições e sugestões dos seus eventuais leitores.